

Conferência sobre responsabilidade médica organizada pela MLGTS

## «Quem foi a besta que fez isto?»

Numa casa de advogados, José Fragata foi dizer que não devem ser os tribunais a discutir o erro médico. O cirurgião mostrou-se contra a tradição ocidental de se encontrar «o culpado», o que cria o ciclo do medo. O doente e o profissional são as principais vítimas

■ Teresa Mendes

O cirurgião José Fragata foi o único médico a participar na primeira sessão sobre responsabilidade médica, uma iniciativa da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva (MLGTS) & Associados – Sociedade de Advogados, que decorreu, no passado dia 12, em Lisboa.

Defendendo o ponto de vista do profissional, e apesar de estar perante uma assembleia de advogados, José Fragata desaconselhou «fortemente que estas coisas da Medicina sejam dirimidas em tribunal».

Segundo o professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa, «a Saúde é uma ciência complexa e a aplicação do direito é linear». E, «quando se tenta aplicar a uma realidade linear uma realidade complexa os resultados não são bons».

Outro grande problema, apontou, é que «a responsabilidade civil é dirimida entre nós com base na culpa», questão que para o cirurgião «dá cabo disto tudo». «Quando acontece um erro, a tradição mais ocidental, que tranquiliza qualquer chefe e a todos, é dizer “quem foi a besta que fez isto?”». De facto, afirmou, «a justiça busca o culpado e, com isso, cria-se o ciclo do medo, mata-se o mensageiro, encobrem-se os dados, escrevem-se umas coisas por cima do processo...». A primeira vítima é, obviamente o doente, a segunda, o profissional. «E para quem não experimentou ainda a sensação de ir para casa com o tal travo amargo de que se matou alguém, posso dizer que é um sentimento com o qual ainda não aprendi a conviver ao longo de 30 anos de prática», sublinhou.

Por isso, José Fragata pediu à assistência para tentar



«No final, quando as coisas correm mal, alguém vai ter que responder e não é fácil destriçar entre tantas profissões auto-reguladas quem faz o quê», alertou José Fragata

lutar para «que a responsabilidade médica daqui a uns anos seja dirimida como responsabilidade objectiva e não com base num determinado culpado».

### Muito mudou na Medicina

Acompanhando a evolução da sociedade, muito mudou na Medicina em tão pouco tempo, afirmou o palestrante. «Até ao anos 60 a Medicina era feita a dois, naquilo que foi a sagrada aliança terapêutica entre o médico e o doente assente em valores simples, como fazer o bem e não o mal, a confidencialidade, o paternalismo e a caridade. Tudo isto baseado numa coisa que ainda existe para os negócios: confiança», lembrou.

Na sociedade de hoje «que é de exigências, de informações — que circulam em rede com grande velocidade e em excesso —, as mudanças são constantes, há muita competição, as expectativas são frustradas, há litigância, flexibilidade e adaptações».

E essas mudanças, que incluem uma nova relação com o doente e um modelo de prestação de negócios — com vários *stakeholders* envolvidos e uma

«enorme e infindável teia de interesses» —, advertiu o cirurgião, trouxeram «uma nova Medicina que traz à discussão quais são as nossas competências hoje, o que é o profissionalismo e qual o peso da tecnologia». Além disso, trouxeram também «dois aspectos mais cinzentos: os erros e os acidentes».

Actualmente, lembrou José Fragata, «o que nos diferencia das outras profissões é sermos auto-regulados. A sociedade dá-nos privilégios, como abrir o peito de alguém. No entanto, há uma série de outras profissões auto-reguladas, como os farmacêuticos, os psicólogos, os enfermeiros, criando uma rede difícil de gerir no que concerne à atribuição das responsabilidades». Além disso, sublinhou, «temos equipas multidisciplinares, mas o que nós queríamos mesmo ter eram equipas interdisciplinares».

«No final, quando as coisas correm mal, alguém vai ter que responder e não é fácil destriçar entre tantas profissões auto-reguladas quem faz o quê», alertou

### Como se pode promover a segurança?

E então, como se pode promover a segurança? Para o especialista não há dúvidas: «Reportando eventos — há uma série de registos que já são feitos — mesmo que a legislação portuguesa não favoreça muito isso, envolvendo os doentes como parceiros, usando da transparência, pois o conhecimento só cresce pelo reconhecimento dos nossos próprios erros».

Lembrando que a expressão «cultura de segurança» foi pela primeira vez usada a propósito de um sítio onde não existia, que era Chernobyl, o cirurgião defendeu que este conceito está relacionado «com valores partilhados sobre a segurança, que residem nas pessoas e na equipa, aceitando a possibilidade de falharmos, tendo consciência das implicações, revelando sem culpa a cultura do reportar em que já se despenaliza o erro honesto e puro e se pune fortemente o erro indigente».

A próxima sessão, que decorre no dia 19 (hoje), contará com a presença do bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva.

## A «dessacralização da Medicina»

«Medos, mitos, erros e infalibilidade» foi o título da preleção de Rui Patrício, advogado e sócio da MLGTS. Segundo o advogado, «chegámos a um tempo de uma grande expansão das responsabilidades, em geral, e das responsabilidades dos médicos, em particular».

As causas gerais apontadas para essa expansão são «mais atenção e melhor preparação das instâncias formais de controlo, a fúria legislativa, os meios de Comunicação Social, a hiperconsciência dos direitos, os grupos de pressão, de agitação e de interesses e as crises».

Relativamente às causas específicas para uma maior escrutínio aos médicos, Rui Patrício considera que a rápida circulação de informação e o acesso ao conhecimento «que se fica pela espuma das coisas» e «a crença científico-tecnológica», da qual os doentes «esperam demasiado» são os principais factores.

Para o advogado, «de há uns anos a esta parte, há uma vigilância especial às elites», consequência da «dessacralização da Medicina», colocando-as mesmo às vezes «no pólo oposto».

Todos estes elementos colocam «as elites a jeito para o exorcismo da culpa colectiva» e todos eles se «interpenetram e se influenciam mutuamente», estando «muitas das razões para os processos onde se julga a responsabilidade dos médicos, relacionadas com este conjunto de factores crescente».

E por isso, defendeu Rui Patrício, «a cultura de segurança deve ser aplicada aqui para prevenir o risco».